

**FACULDADE DE MEDICINA/UNESP
CAMPUS DE BOTUCATU
EDITAL Nº 63/2022 – FMB/STA**

Acham-se abertas, nos termos do Despacho nº 359/2022-RUNESP, de 19/04/2022, publicado no Diário Oficial do Estado – DOE – Poder Executivo – Seção I de 20/04/2022, com base no Estatuto e Regimento Geral da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” – UNESP, bem como na Resolução Unesp nº 49/2009 (alterada pela Resolução Unesp nº 09/2022), as inscrições para o concurso público de provas e títulos para provimento de 01 (um) cargo de PROFESSOR TITULAR, em RDIDP, junto ao Departamento de Saúde Pública, da Faculdade de Medicina, do Campus de Botucatu, no conjunto das disciplinas “Interação Universidade Serviços Comunidade (IUSC) I, II e III”.

A inscrição implicará a completa ciência e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, sobre as quais o candidato não poderá alegar qualquer espécie de desconhecimento.

1. VENCIMENTO

1.1 O vencimento corresponde à referência MS-6 em RDIDP.

2. INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições serão recebidas via internet, no endereço eletrônico <https://inscricoes.unesp.br>. O candidato deverá preencher o formulário eletrônico e realizar o pagamento da taxa de inscrição no valor de R\$ 237,00 por meio de transferência bancária (Agência: 5556-5, C/C: 130.185-3, CNPJ: 48.031.918/0019-53) ou PIX (financas1301853@gmail.com), no período de 28/11/2022 a 11/01/2023, no horário das 09:00 às 17:00, observado o horário de Brasília.

2.2 O comprovante de pagamento da inscrição deverá ser anexado na área do candidato, em seu respectivo campo, disponível no endereço eletrônico <https://inscricoes.unesp.br>.

2.3. O candidato que tiver interesse na redução da taxa de inscrição deverá se inscrever nos 02 (dois) primeiros dias do período de inscrição, atendidas as exigências do item 5.

2.4. Por se tratar de concurso para provimento de 01 (um) cargo público, não haverá reserva de vagas conforme prevê o Decreto nº 9.508/2018.

3. CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO

3.1. Poderão inscrever-se no concurso público os portadores do título de Livre-Docente obtido na UNESP, USP, UNICAMP, ou pela UNESP declarado equivalente, que tenha sido conferido pelo menos 06 (seis) anos antes da data da inscrição.

3.2. O candidato deverá comprovar, também, atividades didáticas na graduação, por período mínimo de 06 (seis) anos após a obtenção do título de Livre-Docente, e satisfazer, no ato da inscrição, as seguintes condições:

3.2.1. estar credenciado em Programa de Pós-Graduação “stricto sensu”, recomendado pela CAPES, na qualidade de docente e orientador;

3.2.2. ter concluído, pelo menos, 05 (cinco) orientações em Programas de Pós-Graduação “stricto sensu”, recomendado pela CAPES, mestrado ou doutorado, sendo pelo menos 02 (duas) após a Livre-Docência;

3.2.3. ter publicado, pelo menos, 20 (vinte) trabalhos científicos ou obras entre: artigos completos em revistas referenciadas em base de dados, indexadores e portais de periódicos com reconhecida qualidade na área, trabalhos completos em anais de eventos de âmbito nacional ou internacional de comprovada relevância na área de conhecimento, livros, capítulos de livros, partituras, obras artísticas e patentes concedidas, sendo no mínimo 06 (seis) publicações após a Livre-Docência;

3.2.4. ter coordenado, pelo menos, 03 (três) projetos de pesquisa ou de extensão com financiamento e avaliação externos à Universidade, dentre os quais 01 (um) obrigatoriamente de pesquisa, sendo pelo menos 01 (um) após a Livre-Docência;

- 3.2.5. ter coordenado projetos de Núcleo de Ensino ou Programa de Educação Tutorial - PET;
- 3.2.6. ter coordenado projetos de extensão universitária credenciados em IES ou de pesquisa com financiamento, que não tenham sido contemplados no subitem 3.2.4;
- 3.2.7. ter produzido, após a Livre-Docência, material didático, demonstrativo, impresso ou por mídia eletrônica de comprovada qualidade editorial, que não os já apresentados no subitem 3.2.3;
- 3.2.8. ter participado, como membro titular, pelo menos, de 04 (quatro) diferentes órgãos colegiados de Universidade, por no mínimo 06 (seis) mandatos;
- 3.2.9. ter realizado estágio de pós-doutoramento ou atuado como professor/pesquisador convidado no país ou no exterior, por no mínimo 05 (cinco) meses;
- 3.2.10. ter coordenado programa de pós-graduação “lato sensu” (especialização) ou supervisionado residência;
- 3.2.11. ter orientado 15 (quinze) alunos de graduação, sendo pelo menos 10 (dez) com Bolsa de Iniciação Científica de Agência de Fomento, ou Bolsa de Núcleo de Ensino, ou Bolsa de Projeto de Extensão. Dentre as orientações com bolsa, no mínimo 03 (três) deverão obrigatoriamente ser de Iniciação Científica com apoio de agência de fomento;
- 3.2.12. ter participado de pelo menos 15 (quinze) congressos científicos, com apresentação de trabalho em cada um;
- 3.2.13. ter participado de comitês científicos e/ou editoriais após a Livre-Docência;
- 3.2.14. ter coordenado simpósios, mesas redondas ou ministrado conferências em eventos nacionais ou internacionais da área, após a Livre-Docência;
- 3.2.15. ter recebido Bolsa de Produtividade do CNPq;
- 3.2.16. ter coordenado Curso de Graduação e/ou de Pós-Graduação “stricto sensu”;
- 3.2.17. ter coordenado Projeto Temático ou similar;
- 3.2.18. ter obtido auxílio individual em, no mínimo, 03 (três) das seguintes finalidades:
- a) participação em congresso;
 - b) realização de evento científico, publicação de texto;
 - c) obtenção de bolsa de estudo própria ou para orientados de Pós-Graduação “stricto sensu”; e
 - d) supervisão de Pós-Doutoramento, excetuando-se as previstas no subitem 3.2.15, e despesas com professor visitante.
- 3.3. Os subitens de 3.2.1. a 3.2.4. são compulsórios.
- 3.4. Dos subitens 3.2.5. ao 3.2.18., o candidato deverá comprovar atividades em, pelo menos, 06 (seis) deles.
- 3.5. O candidato, no ato da inscrição, deverá apresentar documentos comprobatórios das exigências contidas nos itens 3.1 e 3.2 e seus subitens, citando no Memorial e anexando conforme itens 3.9. e 3.10.
- 3.6. Especialista de reconhecido valor, não portador de títulos acadêmicos, poderá, em caráter excepcional, ser aceito para inscrição no concurso público, a juízo de dois terços dos membros da Congregação e mediante manifestação favorável do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária (CEPE) e homologada pelo Conselho Universitário, também por dois terços da totalidade de seus membros.
- 3.7. O candidato estrangeiro poderá inscrever-se no concurso público com cédula de identidade com visto temporário, entretanto, por ocasião da nomeação deverá apresentar a cédula de identidade com visto permanente ou no prazo de 30 (trinta) dias entregar cópia simples do protocolo do pedido de transformação do visto temporário em permanente, sob pena de ser exonerado.
- 3.8. CPF regularizado.
- 3.9. Todos os documentos deverão ser anexados no formato PDF (Portable Document Format), com limite de 500MB por arquivo, no sistema eletrônico de inscrições, no endereço <https://inscricoes.unesp.br>.

3.10. Procedimentos para inserção dos documentos comprobatórios das exigências contidas nos itens 3.1 e 3.2 e seus subitens:

3.10.1. Os documentos referentes a cada item ou subitem devem ser juntados em um único arquivo e inseridos nos campos próprios do formulário de inscrição.

3.10.2. Documentos do item 3.2.3:

(a) capítulo de livro impresso: indicar o padrão internacional de numeração de livro (ISBN), digitalizar a página de rosto, de parte do sumário onde consta o capítulo e da primeira página do capítulo;

(b) artigos e livros impressos: indicar o padrão internacional de numeração de livro (ISBN), no caso de livro, digitalizar a primeira página e da página que conste a legenda bibliográfica (com o título, volume, número do fascículo, ano de publicação e número das páginas inicial e final do artigo ou livro). Se não tiver legenda bibliográfica, digitalizar e anexar também a capa e sumário;

(c) artigos e livros eletrônicos: indicar título, o DOI (Identificador de Objeto Digital) ou o localizador padrão de recursos (url -Uniform Resource Locator);

(d) capítulo de e-book: indicar o DOI (Identificador de Objeto Digital) do capítulo ou o localizador padrão de recursos (url -Uniform Resource Locator)

3.10.3. Elementos comprobatórios, tais como maquetes, obras de arte ou outros materiais que não comportarem digitalização, deverão ser citados no memorial no ato da inscrição e apresentados na data da prova sob pena de eliminação do certame.

4. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A INSCRIÇÃO

4.1. Para a confirmação da inscrição o candidato deverá preencher o formulário de inscrição, no endereço eletrônico <https://inscricoes.unesp.br>, indicando nome completo, número da cédula de identidade, data de nascimento, filiação, naturalidade, estado civil, residência, profissão e endereço eletrônico, anexando frente e verso dos seguintes documentos:

4.1.1. Pelo menos um dos seguintes documentos de identificação com foto: cédula de identidade; carteira nacional de habilitação; cédula de identidade de estrangeiro com visto permanente ou temporário e na falta desta, o passaporte, no caso de candidato estrangeiro;

4.1.2. comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino;

4.1.3. comprovante de estar em dia com as obrigações eleitorais, podendo ser por meio de certidão de quitação obtida no site do Tribunal Superior Eleitoral;

4.1.4. memorial circunstanciado ou curriculum lattes das atividades realizadas, no qual se identifiquem os trabalhos publicados e todas as informações que permitam cabal avaliação de seus méritos, dando-se destaque às atividades desenvolvidas nos últimos 05 (cinco) anos; tudo na forma consignada no item 7, subitens 7.1.1. e 7.3.

4.1.5. os candidatos estrangeiros devem estar cadastrados no site da Plataforma Lattes, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

4.2. O candidato indicará, no ato da inscrição, o ponto ou assunto, sobre o qual versará sua prova didática, escolhido do programa do concurso ou definido por ele, e deverá anexar o plano de aula e bibliografia pertinentes.

4.3. O candidato estrangeiro fica dispensado das exigências constantes nos subitens 4.1.2 e 4.1.3.

4.4. Os títulos obtidos fora da UNESP serão admitidos para fins de inscrição no concurso, devendo, contudo, ser reconhecida sua equivalência aos títulos conferidos pela UNESP, salvo os obtidos em cursos de Pós-Graduação credenciados regularmente. Caso não seja reconhecida a equivalência dos títulos pela UNESP o docente será exonerado.

4.5. O reconhecimento da equivalência do título pela UNESP é condição obrigatória para a permanência do docente no cargo.

4.6. Todos os documentos serão enviados por meio do sistema de inscrições, no endereço eletrônico <https://inscricoes.unesp.br>, anexos ao pedido de inscrição do

candidato, no formato PDF (Portable Document Format), com limite de 500MB por arquivo.

5. REDUÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO – LEI 12.782/2007

5.1. A redução do valor da taxa de inscrição, correspondente a 50% (cinquenta por cento), será concedida aos candidatos interessados que atendam, CUMULATIVAMENTE, os seguintes requisitos:

I - sejam estudantes, assim considerados os que se encontrem regularmente matriculados em curso superior, em nível de graduação ou pós-graduação.

II - percebam remuneração, mensal, inferior a 02 (dois) salários mínimos, ou estejam desempregados.

5.2. A concessão da redução ficará condicionada à apresentação, pelo candidato, por meio do sistema de inscrições, no endereço eletrônico <https://inscricoes.unesp.br>, no ato da inscrição:

I - quanto à comprovação da condição de estudante, de um dos seguintes documentos:

a) certidão ou declaração, expedida por instituição de ensino pública ou privada;

b) carteira de identidade estudantil ou documento similar, expedido por instituição de ensino pública ou privada, ou por entidade de representação discente;

II - quanto às circunstâncias previstas no inciso II do item 5.1. deste Edital:

a) comprovante de renda, ou de declaração, por escrito, da condição de desempregado.

5.3 O candidato que tiver interesse na redução da taxa de inscrição, deverá acessar nos 02 (dois) primeiros dias do período de inscrição, observado o horário de Brasília, no endereço eletrônico <https://inscricoes.unesp.br> (no campo INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES, do formulário de inscrição), ler e aceitar o requerimento.

5.3.1. O candidato deverá atestar a veracidade das informações documentais no requerimento de redução de taxa, sem prejuízo de eventual apresentação dos originais caso a Unesp entenda necessário. Em caso de declaração falsa, haverá sanções administrativas, civis e penais.

5.4. Somente serão aceitos os documentos dos quais constem todos os dados necessários à sua perfeita análise.

5.5. O deferimento ou indeferimento das solicitações de redução de taxa de inscrição será disponibilizado no local das inscrições no dia 08/12/2022, a partir das 09:00 horas e, no caso de indeferimento, o prazo para interposição de recurso será de 02 (dois) dias contando a data de divulgação.

6. DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES

6.1. Caberá à Congregação da Unidade deliberar sobre o cumprimento das exigências no ato da homologação das inscrições dos candidatos, ouvida a Comissão de Cargos de Professor Titular (CCPT) constituída para analisar e emitir parecer sobre cumprimento dos requisitos de candidatos inscritos nos concursos de Professor Titular;

6.2. Será publicada no Diário Oficial do Estado – DOE – Poder Executivo - Seção I, a relação das inscrições deferidas e indeferidas de acordo com as exigências estabelecidas no edital.

6.3. O candidato poderá requerer à Congregação da Unidade, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da publicação a que se refere o item anterior, reconsideração quanto ao indeferimento de sua inscrição.

7. PROVAS E TÍTULOS

7.1. O concurso público constará das seguintes provas:

7.1.1. Prova de Títulos - julgamento de memorial que demonstre:

a) produção científica, tecnológica, literária, filosófica ou artística;

b) atividade didática;

- c) atividade de formação e orientação acadêmica;
- d) atividades extensionistas vinculadas à disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso;
- e) atividades de gestão acadêmica e administrativa relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão.

7.1.2. Prova Didática;

7.1.3. Prova de Arguição do Memorial ou do Curriculum Lattes;

7.2. A Prova Didática será pública e terá a forma de aula, em nível de pós-graduação, podendo, também, ser sobre erudição de assunto definido pelo candidato e sua apresentação ocorrerá durante, no mínimo, 50 (cinquenta) e no máximo 60 (sessenta) minutos.

7.3. No Memorial ou no Curriculum Lattes deverão estar claramente explicitadas as atividades desenvolvidas pelo candidato antes e após a obtenção do título de Livre-Docente e, para efeito de atribuição de nota, as atividades que sucedem a Livre-Docência terão peso 2 (dois), e as anteriores, peso 1(um).

7.4. A Prova de Arguição do Memorial ou do Curriculum Lattes será pública e destina-se à avaliação geral da qualificação científica, literária ou artística do candidato, obedecendo às seguintes diretrizes:

7.4.1. todos os membros da Banca Examinadora arguirão o candidato;

7.4.2. cada um dos integrantes da Banca Examinadora disporá de até 30 (trinta) minutos para arguir o candidato, o qual terá igual tempo para responder às questões formuladas;

7.4.3. havendo acordo entre o candidato e o Examinador, a arguição poderá recair principalmente sobre as atividades desenvolvidas pelo candidato após o concurso de Livre Docência.

7.5. O programa e a bibliografia constam dos Anexos I e II deste edital.

8. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

1. Prova de Títulos: julgamento do memorial (peso 2) a) Produções científicas, tecnológicas e literárias (25% do item) Itens a serem avaliados: Publicações de artigos completos em periódicos científicos indexados nas principais bases de dados (Scielo, PubMed, JCR/ISI); Publicações de artigos completos em periódicos científicos indexados em outras bases; Apresentação de trabalhos científicos em congressos científicos no Brasil; Apresentação de trabalhos científicos em congressos científicos no exterior; Criação e/ou participação de linhas de pesquisa consolidadas, incluindo a liderança de grupos de pesquisa credenciados; Captação de recursos de fomento à pesquisa, incluindo Auxílios à Pesquisa e Auxílios para Organização de Eventos, Participação em Congressos no Exterior e Publicação de Artigos Científicos no Exterior; Prêmios recebidos de entidades científicas; b) Atividade didática (25% do item) Itens a serem avaliados: Criação, coordenação e/ou participação de disciplinas e/ou módulos interdisciplinares disciplinares e/ou interprofissionais na graduação e na pós-graduação lato sensu; Participação em programas de residência médica; Atividades didáticas regulares com alunos de graduação de medicina e/ou das outras áreas da saúde, no nível disciplinar e/ou interdisciplinar, incluindo aulas teóricas, aulas práticas e seminários; Atividades didáticas regulares com alunos de pós-graduação stricto sensu, incluindo a participação em aulas teóricas, práticas, seminários e a responsabilidade por disciplinas; c) Atividade de qualificação docente e de formação e orientação acadêmica (20% do item) Itens a serem avaliados: Participação de congressos, fóruns, e seminários da especialidade; Participação de cursos, seminários e capacitação de atividade docente/pesquisador; Realização de Cursos de especialização na área da formação docente; Formação de estudantes de graduação, representadas pela orientação em atividades de Iniciação Científica, Projetos de Extensão e outras modalidades de formação; Atividades de formação e orientação de médicos e outros profissionais da área da saúde, no nível de Aprimoramento, Especialização e/ou Residência Médica; Atividades de formação de estudantes de

Pós-Graduação, no nível de Mestrado, Doutorado e Pós-doutorado; Atividades de formação de estudantes em Estágios de Aperfeiçoamento Científico e/ou outra formação complementar. d) Atividades de extensão vinculadas ao Departamento proponente e a Unidade Auxiliar Centro de Saúde Escola de Botucatu-UNESP (15% do item) Itens a serem avaliados: Publicações de artigos completos em periódicos científicos de Extensão Universitária; Atuação, como coordenador ou membro, de atividades de assistência e extensão de serviços à comunidade, incluindo atividades em: ambulatórios, enfermarias, centro cirúrgico, pronto socorro, unidades diagnósticas e Atenção Primária à Saúde; Atuação, como coordenador ou membro, de projetos de extensão de serviços à comunidade; Atuação, como coordenador ou membro, de programas de intercâmbios de alunos ou de atividades de pesquisa com unidades universitárias ou de sociedades de especialidade no Brasil e/ou no exterior; Consultorias e assessorias científicas para agências de fomento à pesquisa, instituições e comitês de periódicos; Participação em bancas e exames de qualificação de mestrado, doutorado e de concursos públicos; Participação como palestrante de eventos da especialidade. e) Atividades de gestão acadêmica e administrativa relacionadas ao ensino, a pesquisa e a extensão (15% do item) Itens a serem avaliados: Participação em colegiados de Instituições Públicas de Ensino Superior e/ou Hospitais Públicos e/ou Fundações ligadas à universidade; Exercícios de cargos e funções em departamentos, disciplinas, unidades auxiliares da universidade e comissões de Instituições Públicas de Ensino Superior e/ou Hospitais Públicos, Sociedades de Especialidades e Associações de ensino e ou da especialidade; Atuação como gestor, supervisor e/ou diretor de serviços, secretarias municipais, estaduais e/ou nível federal, e de projetos de desenvolvimento; 2. Prova Didática (peso 1) Itens a serem avaliados: a) Relevância, conteúdo e conhecimento do tema apresentado pelo candidato (60% do item); b) Desempenho do candidato durante a exposição do tema, incluindo: didática, ordenação de pensamento, utilização do tempo e clareza da apresentação (20% do item); c) Recursos didáticos e qualidade visual das informações apresentadas (20% do item); 3. Arguição do memorial (peso 1) Itens a serem avaliados: Conhecimento do conteúdo apresentado no memorial pelo candidato (50% do item); Clareza e abrangência nas argumentações (25% do item); Coerência e enquadramento das atividades desenvolvidas na carreira acadêmica (25% do item).

9. HABILITAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E DESEMPATE

9.1. As notas serão atribuídas individualmente pelos examinadores, variando de 0 (zero) a 10 (dez).

9.2. As provas terão os seguintes pesos:

9.2.1. Prova de Títulos - julgamento de memorial – peso 2

9.2.2. Prova Didática – peso 1

9.2.3. Prova de Arguição do Memorial ou Curriculum Lattes – peso 1

9.3. Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem média final igual ou superior a 7 (sete) atribuídas por, pelo menos, 3 (três) examinadores, de acordo com o inciso II, de artigo 120, do Regimento Geral da UNESP.

9.4. Os examinadores indicarão, segundo as notas que atribuíram, o vencedor do concurso que será o que obtiver o maior número de indicações.

9.5. A ordem de classificação dos candidatos será estabelecida em razão da nota atribuída pelos membros da Banca Examinadora.

9.6. Em caso de empate a classificação será feita pela média geral dos candidatos empatados.

9.7. Permanecendo candidatos empatados, terá preferência pela nomeação o candidato:

- de maior idade, conforme critérios de desempate do parágrafo único do artigo 27 da Lei 10.741/2003, quando for o caso,

10. NOMEAÇÃO

10.1. O candidato classificado deverá apresentar ao Departamento de Ensino de lotação, no prazo de até 30 (trinta) dias, um Projeto de Pesquisa relativo ao RDIDP/RTC, quando de sua convocação para a nomeação. Caberá ao Departamento a elaboração do Plano Global das Atividades a serem desenvolvidas pelo docente. Após a aprovação do Plano pelos órgãos competentes da UNESP, os atos de nomeação e de aplicação do regime especial de trabalho, serão publicados concomitantemente.

10.2. A posse e o exercício no cargo ocorrerão somente após a publicação, no DOE, dos atos a que se refere o item anterior.

10.3. O candidato em exercício docente na UNESP e que já conte com o regime especial de trabalho aplicado, fica dispensado da exigência contida no subitem 10.1., exceto quando o regime de trabalho for diferente daquele em que o mesmo se encontra.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Quando os prazos previstos para inscrição e/ou recursos terminarem em sábado, domingo, feriado ou dia em que não houver expediente ou que o expediente for encerrado antes do horário normal, estes ficarão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente.

11.2. Os candidatos serão convocados para as provas de que trata o item 7, por meio de edital a ser publicado no DOE com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis.

11.3. Será eliminado do concurso público o candidato que não comparecer na sala ou local de sorteio/prova no horário estabelecido.

11.4. O resultado final do concurso será publicado no DOE.

11.5. Caberá recurso à Congregação, sob os aspectos legal e formal, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de divulgação do resultado final do concurso, com efeito suspensivo.

A Congregação terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para responder o recurso impetrado, a contar da data do protocolo do recurso.

11.6. O candidato deverá prestar serviços dentro do horário estabelecido pela Administração.

11.7. Implicará na exoneração do servidor:

a) o não reconhecimento da equivalência do título acadêmico obtido fora da UNESP pela Câmara Central de Pós-Graduação e Pesquisa - CCPG;

b) a não apresentação da cédula de identidade com visto permanente, no caso de candidato estrangeiro.

11.8. O prazo de validade deste concurso será de 6 (seis) meses a contar da publicação da homologação no DOE, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, à critério da Administração.

11.9. Não haverá devolução de importância paga, ainda que maior ou em duplicidade, nem isenção total de pagamento do valor da taxa de inscrição, seja qual for o motivo alegado.

11.10. A devolução da importância paga somente ocorrerá se o concurso público não se realizar.

11.11. O candidato será responsável por qualquer erro, omissão e pelas informações prestadas no ato da inscrição.

11.12. O candidato que prestar declaração falsa, inexata ou, ainda, que não satisfaça a todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada, e em consequência, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

11.13. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações no DOE, referente ao presente concurso.

11.14. A inscrição implicará no conhecimento deste Edital e no compromisso de aceitação das condições do concurso, nele estabelecidas, bem como das normas que

regem a aplicação de regimes especiais de trabalho docente (RDIDP/RTC) na UNESP, cujos textos encontram-se à disposição do candidato, no ato da inscrição.

11.15. Os questionamentos relativos a casos omissos ou duvidosos serão julgados pela Banca Examinadora ou pela Administração, conforme for o caso.

11.16. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais atualizações ou retificações, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado no DOE.

12. DO PROTOCOLO SANITÁRIO VIGENTE

12.1. No dia da realização de prova presencial o candidato deverá utilizar máscara de proteção facial, com cobertura total de nariz e boca, para uso pessoal, e que permita com clareza sua identificação, assim como atender às regras e orientações relativas ao distanciamento e à prevenção do contágio do COVID-19.

12.2. Considerando as recomendações e medidas dos centros e departamentos governamentais do Estado de São Paulo, com vistas à prevenção do contágio e ao combate do novo Coronavírus (COVID-19), serão observados os cuidados de distanciamento social e higienização relativos à prevenção do contágio do COVID-19, devendo o candidato:

a) se estiver com sintomas de COVID-19 ou se teve contato com alguém doente ou com suspeita de COVID-19, não comparecer ao local de provas;

b) comparecer e permanecer no local de provas fazendo uso de máscara de proteção facial, com cobertura total de nariz e boca. Não será permitida a entrada, nem a permanência, no local de provas, de candidato que estiver sem a máscara;

c) o candidato será responsável pelo acondicionamento e/ou descarte de seu material de proteção pessoal utilizado (máscaras, luvas etc), seguindo as recomendações dos órgãos de saúde. Não será permitido o descarte desse material no local de provas.

12.3. Recomenda-se, ainda, que o candidato:

a) leve máscaras adicionais, de acordo com o período de duração de sua prova, considerando as recomendações dos órgãos de saúde;

b) leve álcool em gel a 70% para uso pessoal;

c) leve garrafa ou utensílio para acondicionamento de água (à vista de que os bebedouros somente poderão ser acionados para enchimento dessa(e) garrafa/utensílio).

12.4. Se houver dúvida em relação à fisionomia/identidade do candidato no momento da identificação, poderá ser exigida a retirada da máscara, mantido o distanciamento recomendado, e sua imediata recolocação após a identificação, podendo, ainda, ser exigido o exame da máscara e/ou máscara reserva.

ANEXO I PROGRAMA

1. Problemas de Saúde Pública, conhecimento e investigação;
2. O Sistema Único de Saúde no Brasil e a Organização das Políticas Públicas nos diferentes níveis de atenção à Saúde, com ênfase à Atenção Primária à Saúde;
3. Organização, Processo de Trabalho e Competências na Atenção Primária à Saúde;
4. Redes de Atenção à Saúde a partir da Atenção Primária à Saúde;
5. Estudos de Território na Atenção Primária à Saúde e na Estratégia de Saúde da Família no Brasil;
6. A visita domiciliar na Atenção Primária à Saúde como estratégia de ações pedagógicas, sanitárias, assistenciais e sociais;
7. Estudo de narrativas e suas potencialidades na formação em saúde;
8. Educação e trabalho interpessoal na integração universidade, serviços de saúde e comunidade;
9. Inovações, reformas e mudanças na formação dos profissionais de saúde;
10. Gestão e Planejamento de Serviços de Saúde;

11. Comunicação, Educação e Saúde e modelos de ensino aprendizagem;
12. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e Política Nacional de Promoção da Saúde.

ANEXO II

BIBLIOGRAFIA

LIVROS

BARATA, R. B. Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009. 120 p. CAMPOS, G. W. S. et al. Tratado de saúde coletiva. 2. ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2017. 976 p. CANESQUI, A. M. Ciências sociais e saúde no Brasil. São Paulo: Hucitec Editora, 2011. 126 p. CHARON, R. et al. The principles and practice of narrative medicine. Oxford: University Press, 2017. 360 p. FREIRE, P. Extensão ou comunicação? 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. GUEDES, F. et al. (org). Nas entranhas da Atenção Primária à Saúde. São Paulo: HUCITEC, 2021. 373 p. GUSSO, G. D. F.; LOPES, J. M. C. Tratado de medicina de família e comunidade: princípios, formação e prática. Porto Alegre: Artmed, 2012. 2 v. HADDAD, A. E. Educação baseada na comunidade e as políticas indutoras junto aos cursos de graduação na saúde. In: BOLLELA, V. R. et al. (org.). Educação baseada na comunidade para as profissões da saúde: aprendendo com a experiência brasileira. Ribeirão Preto: FUNPEC-Editora, 2014. p. 87-102. KLEINMAN A. The illness narratives: suffering, healing & the human condition. New York: Basic Book, 2020. 336 p. LEITE, A. J. M.; CAPRARA, A.; COELHO FILHO, J. M. (org.). Habilidades de comunicação com pacientes e famílias. São Paulo: Sarvier, 2007. 242 p. MENDES, E. V. As redes de atenção à saúde. 2. ed. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011. 549 p. MENDONÇA, M. H. M. et al. (org.). Atenção Primária à Saúde no Brasil: conceitos, práticas e pesquisa. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2018. 610 p. PAIM, J. S. O que é o SUS. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009. 148 p. PAIM, J.; ALMEIDA FILHO, N. Saúde coletiva: teoria e prática. Rio de Janeiro: MedBook, 2014. 695 p. PINHEIRO, R.; SILVA JUNIOR, A. G.; MATTOS, R. A. (org.). Atenção básica e integralidade: contribuições para estudos de práticas avaliativas em saúde. Rio de Janeiro: CEPESC; IMS/UERJ; ABRASCO, 2008. 360 p. RIOS, I.; SCHRAIBER, L. B. Humanização e humanidades em medicina: a formação médica na cultura contemporânea. São Paulo: Editora Unesp, 2012. 296 p. CORREIA, T. Medicina: o agir numa saúde em mudança. Lisboa: Mundos Sociais, 2012. 198 p.

CAPÍTULO DE LIVRO PARREIRA, C. M. S. F. et al. Manual de educação interprofissional em saúde. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019. p. 115-136.

PERIÓDICOS

CADERNOS DE PESQUISA: REVISTA DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO. São Paulo: Autores Associados, 2004- . ISSN 1980-5314. CADERNO DE SAÚDE PÚBLICA. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, 1981- . ISSN 0102-3128. CIÊNCIA & SAÚDE COLETIVA. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Saúde Coletiva, 1996- . ISSN 1413-8123. INTERFACE: COMUNICAÇÃO, SAÚDE E EDUCAÇÃO. Botucatu: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Medicina de Botucatu, Departamento de Saúde Pública, Laboratório de Educação e Comunicação em Saúde, 1997- . ISSN 1807-5762. MEDICAL EDUCATION. Oxford: Blackwell Scientific Publications, 1976- . ISSN 0308-0110. MEDICAL TEACHER. Basingstoke: Taylor & Francis Health Sciences, 1979- . ISSN 0142-159X. PAN AMERICAN JOURNAL OF PUBLIC HEALTH. Washington: Organización Panamericana de la Salud, 1997- . ISSN 1020-4989. PHYSIS (RIO DE JANEIRO): REVISTA DE SAÚDE COLETIVA. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1991- . ISSN 0103-7331. REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Campinas: Autores Associados, 1995- . ISSN 1413-2478. REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MÉDICA. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Educação Médica, 1977- . ISSN 1981-5271. REVISTA BRASILEIRA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.

Chapecó: UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul, 2003- . ISSN 2358-0399. REVISTA PORTUGUESA DE MEDICINA GERAL E FAMILIAR. Lisboa: Associação Portuguesa de Medicina Geral e Familiar, 2012- . ISSN 2182-5173. SAÚDE E DEBATE. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, 1999- . ISSN 2358-2898. SAÚDE E SOCIEDADE. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, 1992- . ISSN 0104-1290.

ARTIGOS DE PERIÓDICOS ALMEIDA, R. G. S.; TESTON, E. F.; MEDEIROS, A. A. A interface entre o PETSaúde/Interprofissionalidade e a política nacional de educação permanente em saúde. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 43, n. esp. 1, p. 97-105, 2019. BURSZTYN, I.; ALVES, R. Uma ferramenta para desenvolver e monitorar o ensino da saúde coletiva no curso médico. Revista Brasileira de Educação Médica, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, p. 377-385, 2019. Suplemento. BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. Physis, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77-93, 2007. CHARON, R. Our heads touch: telling and listening to stories of self. Academic Medicine, Philadelphia, v. 87, n. 9, p. 1154-1156, 2012. CHAUI, M. A universidade pública sob nova perspectiva. Revista Brasileira de Educação, Belo Horizonte, n. 24, p. 5-15, 2003. FRANK, J. et al. Health professionals for a new century: transforming education to strengthen health systems in an interdependent world. Lancet, London, v. 376, n. 9756, p. 1923-1958, 2010. FERNANDES, I. A pertinência da Medicina Narrativa na prática clínica. Revista Portuguesa da Medicina Geral e Familiar, Lisboa, v. 30, p. 289-290, 2014. FERREIRA, M. J. M. et al. Novas diretrizes curriculares nacionais para os cursos de medicina: oportunidades para ressignificar a formação. Interface (Botucatu), Botucatu, v. 23, n. 1, p. e170920, 2019. Suplemento. GRACIANO, G. et al. Promoção da saúde para a população em situação de rua. Revista Brasileira de Extensão Universitária, Chapecó, v. 12, n. 2, p. 167-177, 2021. MACINKO, J.; STARFIELD, B.; SHI, L. The contribution of primary care systems to health outcomes within Organization for Economic Cooperation and Development (OECD) countries, 1970-1998. Health Services Research, Chicago, v. 38, n. 3, p. 831-865, 2003. MENDONÇA, C. S. et al. Trends in hospitalizations for primary care sensitive conditions following the implementation of Family Health Teams in Belo Horizonte, Brazil. Health Policy and Planning, Oxford, v. 27, n. 4, p. 348-355, 2012. MOROSINI, M. V. G. C.; FONSECA, A. F. Revisão da Política Nacional de Atenção Básica numa hora dessas? Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p. e00206316, 2016. TARDIF, M.; MOSCOSO, J. N. A noção de “profissional reflexivo” na educação: atualidade, usos e limites. Tradução Cláudia Schilling. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 48, n. 168, p. 388-411, 2018. WALD, H. S. et al. Grappling with complexity: medical students’ reflective writings about challenging patient encounters as a window into professional identity formation. Medical Teacher, London, v. 41, n. 2, p. 152-160, 2019.

Processo 162/2022

Publicado no D.O.E em 12/11/2022, às fls 391 e 392.